

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº AGSUS.001219/2026-73

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição de 49 veículos utilitários tipo pick-up, tração 4x4, destinados a estruturar e fortalecer as ações da Atenção Primária à Saúde nos municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce (PES Rio Doce). Tal aquisição visa garantir a mobilidade e as ações das equipes de saúde em áreas de difícil acesso, assegurando atendimento direto às populações atingidas.

1.2. A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2025, especialmente ao Eixo 3 - Cuidado Integral, em seu Objetivo 1 - Fortalecer e ampliar a Atenção Primária à Saúde, que prevê a ampliação e qualificação da cobertura de APS nos territórios atingidos, inclusive por meio da estruturação de serviços e da disponibilização de equipamentos de saúde, com vistas à ampliação do cuidado integral e da oferta de serviços à população atingida.

1.3. Os veículos, objeto desta contratação possuem finalidade pública específica, vinculada à ampliação da capacidade de deslocamento das equipes de saúde, apoio às ações de vigilância, assistência, supervisão territorial e transporte de insumos e suporte às atividades da Atenção Primária à Saúde nos territórios atingidos, no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

1.4. A destinação final dos veículos será a incorporação ao patrimônio dos municípios beneficiários, mediante entrega e transferência, após o recebimento definitivo, conforme instrumentos próprios a serem celebrados entre a AgSUS e os entes municipais.

2. OBJETO

2.1. O presente processo tem por objeto a aquisição de 49 (quarenta e nove) veículos utilitários tipo pick-up 4x4, zero-quilômetro, mediante seleção por menor preço global, visando ao fortalecimento da capacidade operacional e logística das ações da Atenção Primária à Saúde (APS) institucionais nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	<p>VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4</p> <p>Características gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Veículo automotor tipo pick-up cabine dupla, com tração 4X4, quatro portas, de fabricação nacional ou importado; Veículo novo, zero quilômetro, de fabricação/modelo 2026 ou superior; Cor: Branca; Capacidade mínima de 05 (cinco) ocupantes, incluindo o motorista; Combustível: Diesel. Capacidade do tanque de combustível: mínimo de 70 litros. <p>Desempenho:</p> <ul style="list-style-type: none"> Motor: 2.3 ou superior; Potência mínima de 190 cv; <p>Dimensões Mínimas (mm):</p> <ul style="list-style-type: none"> Comprimento (mm): 4795; Largura (mm): 1800; Altura (mm): 1795; Distância entre eixos (mm): 3000; Vão livre do solo de no mínimo de 220 mm. <p>Freios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Freio dianteiro a disco; traseiro a tambor; 				

	com ABS.				
	Direção:				
	<ul style="list-style-type: none">Hidráulica, elétrica ou eletroassistida progressiva.				
	Transmissão:				
	<ul style="list-style-type: none">Câmbio AUTOMÁTICO.				
	Rodas:				
	<ul style="list-style-type: none">Rodas de liga leve ou aço.				
1	Segurança:	49	UNIDADE	R\$ 267.939,10	R\$ 13.129.015,90
	<ul style="list-style-type: none">Desembaçador de vidro traseiro;Capota marítima;Protetor de cárter;Revestimento do piso (motorista e passageiros) em material resistente, não absorvente e lavável;Jogo de tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC) nos locais destinados aos ocupantes apoiarem os pés, inclusive o motorista;Vidros e retrovisores elétricos e travas nas quatro portas com acionamento à distância, alarme antifurto;Airbag duplo no mínimo motorista e passageiro frontal;Controle eletrônico de tração, controle eletrônico de estabilidade;Capacidade de carga útil (peso): 1.000 kg;Demais itens de segurança determinados por lei aplicáveis.				
	Conforto e conveniência:				
	<ul style="list-style-type: none">Ar condicionado integrado;Central multimídia, Bluetooth e áudio compatível com mp3, rádio AM/FM, com no mínimo 2 alto-falantes; entrada USB;Banco do motorista com ajuste de distância e inclinação elétrico ou manual;Coluna de direção com regulagem manual de altura;Descansa-braço dianteiro;Sistema sonoro de alerta de marcha à ré acionada;Iluminação interna para o compartimento de passageiros;Espaço interno deverá proporcionar aos passageiros, conforto e comodidade.				
	Condições de entrega: Os veículos deverão ser entregues devidamente plotados e adesivados conforme a identidade visual institucional, em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, sem qualquer pendência documental ou operacional e plena carga de combustível (tanque cheio).				

3. DA DESTINAÇÃO E DA ENTREGA DO BEM AOS MUNICÍPIOS BENEFICIÁRIOS

- 3.1. Os veículos automotores tipo pick-up adquiridos no âmbito deste Termo de Referência possuem finalidade pública específica, vinculada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) e à execução das ações do Programa Especial de Saúde do Rio Doce nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.
- 3.2. A disponibilização dos veículos aos municípios beneficiários não se caracteriza como doação, cessão ou transferência patrimonial voluntária, mas como medida vinculada à execução do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, com finalidade pública específica voltada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.
- 3.3. Considerando a necessidade de que os bens permaneçam sob guarda, gestão e utilização contínua no território, o destino final dos veículos será a entrega e a incorporação ao patrimônio de cada município beneficiário, ou do ente municipal formalmente indicado para tal finalidade, observadas as normas administrativas, patrimoniais e os instrumentos de formalização aplicáveis.

3.3.1. A entrega tem por finalidade assegurar:

- I - a permanência do bem no território atingido;
- II - a responsabilidade administrativa local sobre a guarda, conservação e uso;
- III - a continuidade das ações da Atenção Primária à Saúde (APS), incluindo deslocamento de equipes, apoio às atividades em campo, supervisão, monitoramento e ações comunitárias; e
- IV - a rastreabilidade da destinação do recurso público empregado, garantindo transparência e controle.

3.4. A entrega dos veículos será precedida de manifestação formal de interesse do município beneficiário em sistema específico da AgSUS, por meio de Carta Consulta, subscrita pelo Prefeito Municipal ou, quando cabível, pelo Secretário Municipal competente, com ciência expressa das responsabilidades administrativas decorrentes da guarda, utilização, regularização e incorporação patrimonial do bem.

3.5. A formalização da entrega ocorrerá após o recebimento definitivo dos veículos e a conferência de conformidade técnica e documental, mediante Termo de Entrega e Recebimento, firmado entre a AgSUS e o município beneficiário, preferencialmente de forma individualizada por veículo, de modo a assegurar a adequada rastreabilidade patrimonial, administrativa e operacional dos bens disponibilizados.

3.6. O Termo de Entrega e Recebimento terá por finalidade registrar a efetiva entrega do veículo ao município, o aceite formal pelo ente receptor, a vinculação do bem às ações do Programa Especial de Saúde do Rio Doce e a assunção, pelo município, das responsabilidades relativas à guarda, utilização, conservação, regularização administrativa e posterior incorporação patrimonial do veículo.

3.7. Deverão constar do referido instrumento, no mínimo: a identificação completa do veículo, incluindo marca, modelo, ano de fabricação, número do chassi, placa, se disponível, e demais elementos individualizadores; a identificação do município destinatário; a finalidade pública da entrega, com vinculação expressa ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce; a identificação do agente público responsável pelo recebimento; e as responsabilidades do ente receptor quanto à guarda, uso, conservação, regularização administrativa e incorporação patrimonial do bem.

3.8. A entrega do bem não altera as condições técnicas de fornecimento, as obrigações de entrega ou a cobertura de garantia estabelecidas neste Termo de Referência, as quais permanecem vinculadas ao bem e aos parâmetros de conformidade exigidos, sem prejuízo da obrigação do município de adotar as providências necessárias à incorporação patrimonial do veículo em sua estrutura administrativa.

4. DA MODALIDADE DE SELEÇÃO

4.1. O Processo de Seleção ocorrerá na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 4º e do art. 23 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA nº 23/2025.

4.2. A escolha desta modalidade fundamenta-se na classificação dos veículos tipo pick-up como bens comuns, cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos nos documentos que integram o processo de contratação, com base em características usuais e amplamente disponíveis no mercado automotivo.

4.3. Considerando o valor estimado unitário de R\$ 267.939,10 (duzentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e nove reais e dez centavos) por veículo, bem como o montante global da contratação, a adoção do pregão eletrônico assegura a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa, garantindo ampla disputa entre os fornecedores e adequada proteção ao interesse público.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. O rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015 no município de Mariana (MG), provocou danos socioambientais, econômicos e sanitários de grande magnitude ao longo da Bacia do Rio Doce, impactando diretamente as condições de vida e saúde das populações atingidas nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Com vistas à reparação integral e definitiva desses danos, foi firmado o Acordo Judicial homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Petição nº 13.157/DF, estabelecendo obrigações específicas no campo da saúde pública, com ênfase no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos territórios afetados.

5.2. No âmbito desse Acordo, foi instituído o Programa Especial de Saúde do Rio Doce (PES Rio Doce), por meio da Portaria GM/MS nº 7.720, de 28 de julho de 2025, com execução apoiada pela Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AgSUS, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 16/2025. A presente contratação está diretamente alinhada ao Eixo 3 - Cuidado Integral do Plano de Trabalho, especialmente ao Objetivo 1, que prevê o fortalecimento e a ampliação da Atenção Primária à Saúde nos territórios atingidos, mediante a ampliação e qualificação da cobertura de APS, a estruturação de unidades, a disponibilização de equipamentos de saúde e o apoio à organização dos fluxos e linhas de cuidado. Nesse sentido, a aquisição de veículos utilitários constitui medida de suporte operacional indispensável à execução das ações territoriais da APS e à ampliação do cuidado integral à população atingida, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais.

5.3. A execução das ações do PES Rio Doce demanda atuação territorial contínua, com deslocamentos frequentes de equipes multiprofissionais, apoiadores institucionais, técnicos e gestores da APS para áreas urbanas, rurais e de difícil acesso, abrangendo 49 municípios (38 em Minas Gerais e 11 no Espírito Santo). Os territórios atingidos pelo desastre caracterizam-se por extensas áreas rurais, comunidades reassentadas e localidades ribeirinhas, com vias de acesso degradadas, muitas delas ainda comprometidas por processos erosivos, assoreamento, alterações no solo e infraestrutura viária precária, agravando as dificuldades de deslocamento das equipes de saúde. Nesse cenário, a utilização de veículos convencionais mostra-se insuficiente para garantir o acesso regular e seguro às populações atingidas.

5.4. No âmbito do Novo Acordo do Rio Doce, homologado pelo Supremo Tribunal Federal, e da implementação

do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, verifica-se a necessidade de qualificar a logística das redes locais e regionais de saúde, em especial nos territórios com grande extensão rural, difícil acesso, estradas vicinais e comunidades dispersas.

5.5. As limitações logísticas nos municípios e regiões atingidas dificultam o acesso a serviços de saúde, o deslocamento de equipes, a distribuição de insumos e medicamentos, bem como a execução de ações de vigilância, promoção e cuidado no território. A aquisição de veículos tipo pick-up 4x4 visa ampliar a capacidade de resposta dos sistemas locais, garantir maior capilaridade das ações e promover a integração das redes de atenção, assegurando presença efetiva das equipes nos territórios.

5.6. A ausência ou insuficiência de frota adequada compromete diretamente a capacidade operacional dos municípios, gerando risco à efetividade da política pública reparatória. A presente contratação, portanto, resolve problema público concreto de inacessibilidade logística, permitindo que as ações da APS alcancem comunidades isoladas, populações rurais, áreas ribeirinhas e localidades de difícil acesso, garantindo equidade, integralidade e continuidade do cuidado. Os resultados esperados com a aquisição dos veículos incluem:

- a) ampliação da cobertura e da presença territorial da APS;
- b) melhoria do acesso das populações atingidas aos serviços de saúde;
- c) fortalecimento da capacidade de resposta das equipes frente a agravos relacionados ao desastre;
- d) a garantia da sustentabilidade logística das ações de reparação em saúde no longo prazo.

5.7. A escolha de veículos tipo pick-up 4x4 justifica-se pela necessidade de robustez, capacidade de carga, maior altura do solo e desempenho em vias não pavimentadas, características indispensáveis para a realidade geográfica da Bacia do Rio Doce, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso.

6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. Considerando a necessidade de coordenação logística entre 49 municípios distintos e a urgência na disponibilização dos veículos para apoio às ações da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, a presente contratação será realizada de forma imediata e integral, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço global, com entrega do quantitativo contratado em três polos, definidos pela CONTRATANTE.

6.2. A adoção dessa estratégia permite à AgSUS obter ganho de escala, padronização da frota e melhor relação custo-benefício, assegurando a aquisição simultânea dos veículos em um único processo seletivo, com maior eficiência administrativa, previsibilidade orçamentária e controle da execução contratual.

6.3. No contexto do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, em que as ações demandam rápida estruturação da capacidade logística dos municípios atingidos, a entrega dos veículos em três polos, definidos pela CONTRATANTE, contribui para a celeridade na implementação, a uniformidade na disponibilização dos meios de transporte e a equidade no atendimento aos territórios beneficiários, evitando atrasos, fragmentações operacionais ou assimetrias na execução do Plano de Ação.

6.4. Dessa forma, a adoção do Pregão Eletrônico, com entrega integral, assegura agilidade, segurança jurídica e efetividade operacional, permitindo que os veículos sejam incorporados simultaneamente às redes locais de saúde e utilizados de forma imediata no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde nos territórios atingidos.

7. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

7.1. As aquisições ocorrerão conforme disposto no Quadro 1 abaixo, contemplando a totalidade dos municípios atingidos ao longo da Bacia do Rio Doce, vinculados ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

Quadro 1: Descrição dos Itens de Aquisição (Veículos)

CATMAT	OBJETO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
	VEÍCULO TIPO pick-up 4x4	Veículo automotor tipo pick-up, tração 4x4, zero quilômetro, ano/modelo da entrega ou posterior, de fabricação nacional ou importado, em conformidade com a legislação de trânsito vigente.	Unid.	49	R\$ 267.939,10	R\$ 13.129.015,90

7.2. O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 13.129.015,90 (treze milhões, cento e vinte e nove mil quinze reais e noventa centavos), considerando a aquisição de 49 (quarenta e nove) veículos automotores tipo pick-up, cabine dupla, com tração 4x4, ao valor unitário estimado de R\$ 267.939,10 (duzentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e nove reais e dez centavos), conforme pesquisa de mercado realizada.

7.3. A destinação final dos veículos observará a lista oficial dos municípios atingidos ao longo da Bacia do Rio Doce, vinculados ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce, sendo 38 (trinta e oito) veículos destinados ao estado de Minas Gerais e 11 (onze) veículos destinados ao estado do Espírito Santo, correspondendo a 01 (um) veículo por município beneficiário.

7.4. Considerando a abrangência territorial do Programa Especial de Saúde do Rio Doce e a necessidade de garantir equidade, uniformidade e simultaneidade na estruturação da capacidade logística dos territórios atingidos, o quantitativo total de 49 (quarenta e nove) unidades será fornecido com entrega distribuída em três polos definidos pela CONTRATANTE, de modo a assegurar a imediata disponibilização dos veículos às redes locais de Atenção

Primária à Saúde.

7.5. Considerando a natureza padronizada do objeto, a economicidade da contratação e a necessidade de planejamento logístico integrado, o fornecimento será realizado com entrega distribuída em três polos definidos pela CONTRATANTE.

7.6. A destinação específica dos veículos, bem como os respectivos polos de entrega, encontram-se previamente definidos neste Termo de Referência, conforme a seguinte distribuição:

- I - 18 (dezoito) veículos em Rio Doce (MG);
- II - 20 (vinte) veículos em Governador Valadares (MG);e
- III - 11 (onze) veículos em Linhares (ES).

8. REQUISITOS MÍNIMOS DO VEÍCULO

8.1. O veículo deverá ser automotor tipo pick-up, cabine dupla, com tração 4x4, novo, zero-quilômetro, de primeiro uso, sem histórico de emplacamento anterior para terceiros, sem avarias estruturais, sem sinais de uso e livre de quaisquer restrições administrativas, judiciais ou financeiras.

8.2. A motorização deverá ser diesel, com cilindrada mínima de 2.3L e potência mínima de 190 cv, transmissão automática, assegurando desempenho compatível com deslocamentos urbanos, rodoviários, intermunicipais e em áreas rurais, inclusive em regiões com variações de relevo, estradas não pavimentadas, lama, poeira e condições adversas de tráfego, garantindo robustez mecânica, segurança e confiabilidade operacional.

8.3. O veículo deverá possuir ano e modelo da entrega ou posterior, devendo essa informação constar expressamente na Nota Fiscal e na documentação entregue.

8.4. A capacidade mínima deverá ser de 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor, com cintos de segurança de 03 (três) pontos para todos os assentos, encostos de cabeça e demais dispositivos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

8.5. O veículo deverá possuir 04 (quatro) portas laterais e caçamba traseira, contendo protetor de caçamba em plástico resistente, capota marítima e estribos laterais, assegurando facilidade de acesso, ergonomia, segurança no embarque e desembarque dos ocupantes e adequada capacidade de transporte de cargas leves, insumos e equipamentos.

8.6. Deverá contar com ar-condicionado de fábrica, em pleno funcionamento, adequado às condições climáticas dos territórios abrangidos pelo Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

8.7. Deverá possuir direção elétrica, eletroassistida ou hidráulica, original de fábrica, em pleno funcionamento.

8.8. Deverá estar equipado com conjunto elétrico completo, incluindo, no mínimo: vidros elétricos nas quatro portas, travas elétricas, retrovisores com ajuste elétrico e computador de bordo, compatíveis com o padrão do segmento pick-up, priorizando ergonomia, conforto e segurança operacional.

8.9. O veículo deverá possuir sistema de freios com ABS (sistema antitravamento), controle eletrônico de estabilidade (ESC/ESP), controle de tração, airbags (no mínimo frontais para motorista e passageiro) e Sistema sonoro de alerta de marcha à ré acionada, atendendo integralmente às normas de segurança veicular e à legislação vigente.

8.10. O veículo deverá ser entregue com acabamento original de fábrica, sem adaptações não homologadas, sem instalação de sistema de gás natural veicular (GNV) e sem quaisquer modificações que comprometam a segurança, a durabilidade, a garantia de fábrica ou a integridade estrutural do bem.

8.11. A cor do veículo deverá ser branca, original do fabricante, visando à padronização institucional, identificação visual do Programa e facilitação da gestão patrimonial.

8.12. Deverão ser entregues juntamente com o veículo: Manual do proprietário em língua portuguesa; Certificado ou termo de garantia de fábrica; Chaves originais (principal e reserva); Kit de segurança obrigatório (estepe, macaco, chave de roda e triângulo); Demais itens que compõem o fornecimento padrão de fábrica.

9. REQUISITOS GERAIS

9.1. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação e segurança, atendendo integralmente às normas de trânsito vigentes e às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sem vícios aparentes ou ocultos.

9.2. Os veículos deverão ser entregues com toda a documentação de fábrica e fiscal pertinente (incluindo nota fiscal, dossiê individual do veículo e demais documentos exigidos), em condições regulares para circulação durante o transporte, bem como com seguro de carga vigente até o recebimento definitivo, conforme as disposições deste Termo de Referência, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, resguardadas as responsabilidades atribuídas ao município beneficiário, quando expressamente previstas.

9.3. A CONTRATADA deverá assegurar que os veículos sejam entregues limpos, com todos os itens obrigatórios previstos na legislação de trânsito, tais como estepe, macaco, chave de roda e triângulo de sinalização, e em condições adequadas para uso imediato após o recebimento definitivo.

9.4. A entrega de cada veículo deverá incluir, obrigatoriamente, a plotagem e a adesivação institucional completas, com aplicação profissional e material de alta durabilidade, bem como o fornecimento do veículo com tanque de combustível totalmente abastecido, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE. A execução desses serviços será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo observar rigorosamente os padrões visuais e os arquivos digitais fornecidos pela AgSUS e pelo Programa Especial de Saúde do Rio Doce. É vedada a inserção de marca, logomarca ou qualquer forma de publicidade da contratada ou de terceiros nos veículos.

9.5. A plotagem/adesivação deverá ser confeccionada em vinil automotivo de alta resistência, adequado para exposição a intempéries, radiação UV e lavagem frequente, garantindo durabilidade mínima de 24 meses. A aplicação

deverá ser feita de forma limpa e precisa, sem bolhas, desalinhamentos ou falhas de aderência. Caso sejam identificadas não conformidades, a CONTRATADA deverá refazer a adesivação no prazo máximo de 10 (dez) dias, sem custo adicional, mantendo o veículo disponível para uso.

9.6. O recebimento definitivo ficará condicionado à apresentação do registro fotográfico completo da adesivação aplicada (laterais, frente e traseira), acompanhado de declaração de conformidade emitida pela CONTRATADA. A ausência ou divergência em relação ao padrão gráfico aprovado implicará recusa formal do recebimento até a regularização.

9.7. A CONTRATADA deverá submeter previamente o layout de adesivação à validação da AgSUS antes da execução. A aplicação só poderá ser iniciada após aprovação formal do layout. A CONTRATADA será responsável por todas as etapas — produção, transporte, aplicação e eventual substituição da adesivação — mantendo a integridade da pintura original e respondendo por qualquer dano causado durante o processo.

9.8. É vedada a entrega de veículos contendo identificação visual, publicidade, logomarca ou qualquer tipo de propaganda da CONTRATADA, bem como veículos equipados com sistema de gás natural veicular ou com dispositivos destinados à utilização desse combustível.

9.9. Os veículos deverão ser adequados para circulação em vias urbanas, rodovias e estradas vicinais, considerando as condições dos territórios abrangidos pelo Programa, devendo apresentar robustez compatível com deslocamentos frequentes em áreas urbanas e rurais.

9.10. O uso dos veículos deverá atender exclusivamente às finalidades públicas vinculadas às ações do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, respeitando as normas de guarda, utilização e responsabilização definidas pela AgSUS e pelo município destinatário.

9.11. A CONTRATADA deverá garantir que as unidades fornecidas correspondam exatamente às especificações contratadas, sendo vedada a substituição por modelo, versão ou configuração inferior àquela definida neste Termo de Referência.

9.12. O recebimento provisório e definitivo dos veículos obedecerá rigorosamente aos procedimentos definidos neste Termo de Referência, compreendendo a verificação da conformidade técnica, da integridade física, do pleno funcionamento, da presença de todos os acessórios obrigatórios, da regularidade da documentação, da correta aplicação da plotagem institucional e do atendimento a todos os requisitos contratuais. A AgSUS poderá recusar, total ou parcialmente, os veículos que não atendam integralmente às condições estabelecidas.

10. CONDIÇÕES TÉCNICAS

10.1. Considerando a vinculação desta aquisição às ações de fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce (PES Rio Doce), os veículos tipo pick-up cabine dupla 4x4 deverão atender a requisitos elevados de robustez, desempenho, resistência estrutural e confiabilidade mecânica, compatíveis com o tráfego frequente em rodovias estaduais, estradas vicinais, vias não pavimentadas, acessos rurais, áreas de difícil acesso e trechos com condições adversas de pavimento, que interligam as sedes municipais às comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce.

10.2. A especificação de motorização a diesel é imprescindível para assegurar torque elevado, durabilidade, economia operacional e melhor desempenho em carga, especialmente em regiões com topografia acidentada, trechos íngremes, solos instáveis, lama, poeira e longas distâncias, características comuns nos territórios de Minas Gerais e do Espírito Santo abrangidos pelo Programa. A potência mínima exigida deverá ser compatível com o transporte simultâneo de até 05 (cinco) ocupantes, equipamentos, insumos e carga operacional, garantindo desempenho adequado, estabilidade e segurança mesmo em condições severas de uso.

10.3. Os veículos deverão possuir tração 4x4, vão-livre do solo elevado, suspensão reforçada e estrutura dimensionada para uso contínuo em campo, assegurando capacidade de transposição de obstáculos, resistência a impactos, melhor aderência em terrenos irregulares e maior confiabilidade em operações em áreas rurais, ribeirinhas e comunidades afastadas. Essas características são essenciais para garantir a capilaridade das ações da Atenção Primária à Saúde, a mobilidade das equipes, o transporte seguro de materiais e insumos e a continuidade da assistência nos territórios atingidos pelo desastre da Barragem de Fundão.

10.4. Os veículos deverão ser entregues com todos os equipamentos obrigatórios de segurança previstos pelo CONTRAN, incluindo, quando aplicável, estepe, macaco, chave de roda, triângulo de sinalização, cintos de segurança, airbags, sistemas de estabilidade e tração, bem como demais itens exigidos pela legislação vigente. É vedada a entrega de veículos utilizados para demonstração, com histórico de uso comercial, com quilometragem superior à necessária para deslocamento logístico, ou que apresentem qualquer indício de uso prévio.

10.5. Com o objetivo de assegurar a adequada identificação institucional dos bens adquiridos, todos os veículos deverão ser entregues com adesivação/plotagem veicular institucional, contendo, obrigatoriamente, as logomarcas relacionadas ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce, conforme os padrões de identidade visual estabelecidos, incluindo fornecimento de material, impressão, aplicação e acabamento, sem qualquer ônus adicional para a AgSUS.

10.6. A adesivação deverá compreender fornecimento de material, impressão, aplicação profissional e acabamento, sendo vedada qualquer inserção de marca, logomarca ou publicidade da CONTRATADA ou de terceiros.

11. DA EXECUÇÃO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

11.1. O prazo máximo para entrega dos veículos será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de fornecimento, incluindo todas as etapas de regularização documental, plotagem institucional e entrega técnica.

11.2. Os veículos deverão ser entregues pela CONTRATADA nas localidades previamente definidas pela CONTRATANTE, em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3. O primeiro registro (1º emplacamento), licenciamento anual, pagamento de taxas e encargos junto ao DETRAN do estado ao qual o veículo será vinculado, bem como a contratação e manutenção de seguro veicular após o recebimento definitivo serão de responsabilidade exclusiva do ente beneficiário do bem (município destinatário).

11.4. A entrega será realizada de forma descentralizada em cidades previamente definidas pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a integral responsabilidade pela logística de transporte, incluindo a utilização de caminhão-cegonha ou meio equivalente, sem qualquer ônus adicional para a AgSUS.

11.5. Para fins de planejamento logístico, as entregas serão realizadas nos seguintes polos de entrega:

- I - 18 (dezoito) veículos em Rio Doce (MG)
- II - 20 (vinte) veículos em Governador Valadares (MG)
- III - 11 (onze) veículos em Linhares (ES).

11.6. Os endereços exatos dos pátios de recebimento serão formalmente informados à CONTRATADA por meio da Ordem de Fornecimento, observadas as necessidades operacionais do Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

12. DO RECEBIMENTO

12.1. Os veículos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA, no pátio da empresa fornecedora, para avaliação de conformidade visual, técnica e documental do objeto, a ser realizada pelo fiscal do contrato designado pela AgSUS, com o apoio da equipe técnica competente, para verificação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em etapa prévia à entrega provisória e à realização da plotagem.

12.2. A entrega provisória dos veículos será realizada em três polos de entrega indicados pela CONTRATANTE. Nessa ocasião, os veículos serão submetidos a processo de fiscalização e conferência técnica detalhada, com a finalidade de verificar a conformidade visual, técnica e documental do objeto entregue, sob responsabilidade do fiscal do contrato e da equipe técnica formalmente designados pela AgSUS.

12.3. A execução do fornecimento ocorrerá de forma integral, mediante emissão de Ordem de Fornecimento (OF) única pela unidade responsável da AgSUS/PES Rio Doce, contemplando a totalidade de 49 (quarenta e nove) veículos, correspondentes a 1 (uma) unidade por município beneficiário. A OF indicará, de forma clara e inequívoca, a quantidade total de veículos, os três polos de entrega definidos pela CONTRATANTE, os responsáveis pelo recebimento, a janela de entrega e as condições mínimas de conferência e aceite.

12.4. Quando o endereçamento definitivo não estiver consolidado no momento da emissão da OF, os endereços e responsáveis serão formalmente informados em instrumento próprio vinculado à respectiva Ordem, com antecedência compatível com a programação logística. Este modelo assegura rastreabilidade plena do fornecimento, permitindo a associação de cada unidade entregue ao seu destinatário final, à OF correspondente e à documentação de recebimento, mantendo controle claro e auditável do quantitativo contratado e efetivamente entregue.

12.5. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação de conformidade com as especificações técnicas mínimas previstas neste Termo de Referência e após conferência da documentação associada à entrega, incluindo a documentação fiscal pertinente ao destinatário e o termo de recebimento assinado pelo responsável designado nos locais oportunamente indicados pela CONTRATANTE. A cada etapa, a AgSUS deverá consolidar relatório de acompanhamento contendo, no mínimo, a relação de municípios atendidos, as unidades entregues, as ocorrências registradas (quando houver) e a situação do aceite (provisório e definitivo), de forma a manter evidência objetiva da execução. Sempre que a operação envolver entregas a múltiplos destinos, a documentação fiscal deverá permitir a identificação do destino final correspondente, evitando consolidações que prejudiquem a rastreabilidade por município e por unidade entregue.

12.6. O recebimento definitivo do objeto não se confunde com a posterior formalização da destinação dos veículos no âmbito da execução do Programa Especial de Saúde do Rio Doce, a qual observará os instrumentos e fluxos operacionais definidos neste Termo de Referência e em orientações complementares da AgSUS.

12.7. Quando houver necessidade de procedimentos junto aos órgãos competentes para viabilizar a plena utilização do veículo pelo ente destinatário a CONTRATADA deverá cooperar com o fornecimento tempestivo de documentos e informações indispensáveis, respeitando o fluxo operacional adotado pela AgSUS e evitando atrasos decorrentes de pendências documentais.

13. DA CARTA CONSULTA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITE

13.1. A formalização da destinação dos veículos adquiridos no âmbito deste Termo de Referência aos entes destinatários ocorrerá mediante adesão prévia, em sistema específico da AgSUS, por meio de Carta Consulta, instrumento destinado a registrar a manifestação formal de interesse no recebimento do bem, a ciência quanto à sua finalidade pública e a concordância com os critérios, deveres e responsabilidades aplicáveis.

13.2. A Carta Consulta constituirá etapa prévia e indispensável à formalização da entrega, devendo ser preenchida e validada pelo ente destinatário, nos termos dos fluxos operacionais definidos pela AgSUS, com vistas a assegurar regularidade administrativa, rastreabilidade, transparência e aderência à finalidade pública do Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

13.3. Por meio do sistema, o ente destinatário deverá manifestar, de forma expressa:

- I - interesse no recebimento do veículo;
- II - ciência de que o bem possui destinação pública específica, vinculada às ações do Programa Especial de Saúde do Rio Doce;
- III - concordância com as condições de uso, guarda, conservação e responsabilização administrativa, civil e operacional do bem; e
- IV - ciência de que a formalização da entrega não afasta a obrigação de adoção das providências administrativas necessárias à regularização e à incorporação patrimonial do bem, quando cabíveis.

13.4. A adesão deverá conter, no mínimo:

- I - identificação do ente destinatário;
- II - identificação da autoridade responsável pela manifestação, com nome, cargo e fundamento de

representação, ou do agente formalmente designado para esse fim;

III - indicação da unidade administrativa responsável pela guarda, gestão e utilização do veículo;

IV - declaração de ciência quanto aos encargos operacionais, administrativos e patrimoniais decorrentes do recebimento;

V - identificação individualizada do veículo, por meio de seus elementos próprios de identificação, especialmente marca, modelo, ano de fabricação, número do chassi, placa, se disponível, e demais identificadores aplicáveis; e

VI - demais informações e documentos exigidos no sistema específico da AgSUS para fins de controle, rastreabilidade e formalização da destinação.

13.5. O ente destinatário deverá declarar ciência, ainda, de que lhe competirá, após a efetiva entrega do bem, promover sua regularização administrativa e patrimonial, assegurar sua vinculação às finalidades públicas do Programa, arcar com os custos ordinários de operação, manutenção, seguro, combustível, licenciamento e demais encargos correlatos, bem como permitir o acompanhamento e a fiscalização pelos órgãos e instâncias competentes.

13.6. A adesão à Carta Consulta não substitui o Termo de Entrega e Recebimento, mas constitui condição prévia para sua formalização, servindo como instrumento de manifestação de interesse, aceite das condições institucionais e preparação administrativa para o recebimento do bem pelo ente destinatário.

13.7. A ausência de adesão válida à Carta Consulta, o descumprimento dos critérios estabelecidos ou a inconsistência das informações prestadas pelo ente destinatário poderá obstar a formalização da entrega, até a regularização das pendências identificadas pela AgSUS.

13.8. Os procedimentos operacionais, campos obrigatórios, validações sistêmicas e documentos complementares relacionados à Carta Consulta poderão ser detalhados em ato interno, manual operacional ou orientação específica da AgSUS, desde que preservadas as disposições deste Termo de Referência.

14. DO FLUXO DE ENTREGA, RECEBIMENTO E FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA AO MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO

14.1. A entrega definitiva dos veículos ocorrerá nos três polos de entrega indicados pela CONTRATANTE, condicionada ao recebimento por responsável formalmente designado no respectivo município, com o correspondente registro no Sistema de Logística de Entrega da AgSUS. Esse registro constituirá elemento formal de comprovação da entrega definitiva, da rastreabilidade do fornecimento e da regular execução contratual.

14.2. Concluída a etapa de recebimento definitivo, e desde que não haja pendências de conformidade, a AgSUS, por intermédio do fiscal do contrato formalmente designado, adotará as providências administrativas necessárias à formalização da entrega do veículo à Prefeitura Municipal beneficiária, com a indicação expressa da destinação pública vinculada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Programa Especial de Saúde do Rio Doce.

14.3. A formalização da entrega ao município será precedida de manifestação formal de interesse do ente beneficiário, a ser apresentada por escrito pela autoridade municipal competente, com ciência das responsabilidades administrativas decorrentes da guarda, utilização, regularização e incorporação patrimonial do bem.

14.4. Para garantir rastreabilidade, cada veículo deverá possuir dossiê individual de entrega, contendo, no mínimo:

I - Nota Fiscal correspondente;

II - *checklists* de conferência;

III - dados de identificação do veículo (chassi e numeração de itens entregues);

IV - termos de recebimento provisório e definitivo;

V - Termo de Entrega e Recebimento firmado com o município beneficiário.

14.5. A entrega de cada veículo ao município ficará condicionada à assinatura do Termo de Entrega e Recebimento, por meio do qual o ente municipal declarará ciência de que o bem permanecerá vinculado às finalidades públicas definidas neste Termo de Referência, comprometendo-se a observar as obrigações relativas à guarda, conservação, utilização adequada, regularização administrativa e incorporação patrimonial do veículo.

14.6. A CONTRATADA deverá cooperar com a organização documental relacionada à entrega descentralizada (por município/por destino), fornecendo tempestivamente informações, documentos e comprovantes necessários à adequada formalização da destinação final dos bens.

15. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.1. A garantia do veículo deverá ser total, abrangendo o veículo, seus acessórios, adaptações e equipamentos instalados pela CONTRATADA, sendo vinculada ao bem, acompanhando-o independentemente de mudança de detentor, posse, guarda ou transferência patrimonial.

15.2. Após o recebimento definitivo e a formalização da destinação do veículo ao município beneficiário, permanecem válidas e exigíveis, pelo município ou pela AgSUS, quando atuar como interveniente operacional, todas as condições de garantia originalmente asseguradas pelo fabricante ou pela CONTRATADA, inclusive quanto a prazos, cobertura de componentes, rede autorizada e requisitos para acionamento. Caso a garantia originalmente oferecida pelo fabricante seja inferior ao prazo estabelecido neste Termo de Referência, a contratada deverá complementar a garantia pelo período remanescente.

15.3. Para fins de operacionalização da garantia, a CONTRATADA deverá entregar, juntamente com cada veículo, toda a documentação necessária ao exercício desse direito pelo destinatário final, incluindo, no mínimo, certificado ou termo de garantia, manual do proprietário e orientações para acionamento da rede autorizada,

devidamente compatíveis com a identificação do veículo, especialmente chassi e demais identificadores aplicáveis, assegurando a rastreabilidade e evitando negativa de cobertura por falha documental.

15.4. O exercício da garantia não poderá ser restringido, limitado ou inviabilizado em razão da descentralização da entrega, do recebimento por ente federativo diverso da sede da AgSUS ou da posterior formalização da entrega do bem ao município beneficiário.

15.5. Caso haja necessidade de registro do destinatário final em sistemas do fabricante, a CONTRATADA deverá orientar e, quando aplicável, apoiar a regularização cadastral, sem ônus adicional.

16. DA VINCULAÇÃO DA GARANTIA AO BEM

16.1. A garantia prevista neste Termo de Referência tem natureza objetiva e está vinculada ao bem entregue (veículo), identificável por seus elementos individualizantes (chassi, número de motor, notas fiscais, data de entrega e demais documentos do dossiê de entrega), de modo que sua fruição e acionamento não se condicionam à pessoa do adquirente originário, mas sim à existência do veículo e ao período de cobertura estabelecido.

16.2. Em razão da destinação pública do objeto e da entrega descentralizada a entes federativos beneficiários, a garantia deverá permanecer íntegra e plenamente exigível mesmo após a entrega e/ou titularidade do veículo para a Prefeitura Municipal do município destinatário, desde que preservadas as condições ordinárias de uso e manutenção exigidas pelo fabricante e pelas normas de trânsito aplicáveis.

16.3. Para efeito de operacionalização, a CONTRATADA deverá entregar, juntamente com cada veículo, o respectivo Certificado/Termo de Garantia (garantia de fábrica), manual do proprietário e comprovação de rede autorizada, de forma que qualquer acionamento em garantia possa ser realizado pelo município, mediante simples comprovação de legitimidade (documento de recebimento e termo de entrega).

16.4. A CONTRATADA e/ou a rede autorizada não poderão recusar atendimento em garantia sob o fundamento exclusivo de que o veículo foi destinado a município diverso do endereço da AgSUS, ou de que houve entrega do bem, uma vez que a garantia está atrelada ao bem e à sua identificação, e não ao domicílio do adquirente.

16.5. O descumprimento desta condição, com negativa injustificada de atendimento em garantia, será considerado falha de execução contratual, sujeitando a CONTRATADA às consequências previstas no instrumento convocatório e no contrato/ata, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis.

16.6. Assistência Técnica: A CONTRATADA deve comprovar possuir rede de assistência técnica autorizada (concessionárias ou oficinas credenciadas) apta a realizar revisões e reparos em garantia nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

16.7. Caso o veículo apresente defeito dentro do prazo de garantia, a CONTRATADA deverá saná-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme Código de Defesa do Consumidor.

16.8. A manutenção de rotina e o custeio da operação dos veículos, após o recebimento definitivo, constituem responsabilidade do ente federativo beneficiário, incluindo, conforme aplicável, revisões periódicas, troca de itens de desgaste natural, aquisição de insumos e demais despesas recorrentes necessárias à conservação e ao uso regular do veículo.

16.9. Esse regramento não afasta, limita ou substitui as obrigações de garantia do fabricante e/ou da CONTRATADA. Defeitos de fabricação, vícios de qualidade, falhas cobertas pela garantia e não conformidades com as especificações técnicas permanecem de responsabilidade da contratada/fabricante nos termos deste Termo de Referência e da legislação aplicável, inclusive quanto a prazos para saneamento e à obrigação de reparar, corrigir ou substituir o bem quando configurada hipótese de cobertura.

16.10. Para preservar a validade da garantia, o município beneficiário deverá observar as recomendações do fabricante relativas a manutenção preventiva, revisões programadas e condições de uso, mantendo registros e comprovantes quando exigidos pelo manual do proprietário.

17. DA RESPONSABILIDADE PELA MANUTENÇÃO APÓS A DESTINAÇÃO AO MUNICÍPIO

17.1. Considerando a destinação final dos veículos aos municípios beneficiários, a manutenção preventiva e corretiva de rotina, a conservação, o abastecimento, a reposição de consumíveis e demais despesas ordinárias de operação do veículo (inclusive as decorrentes de desgaste natural pelo uso) serão de responsabilidade do município recebedor, a partir do recebimento definitivo e da efetiva incorporação patrimonial.

17.2. A responsabilidade municipal abrange, de forma exemplificativa e não exaustiva: revisões periódicas recomendadas pelo fabricante, substituição de óleo e filtros, alinhamento e balanceamento, substituição de pneus, pastilhas e discos de freio, lâmpadas, palhetas, fluidos, itens de acabamento, lavagem e higienização, bem como quaisquer serviços necessários à preservação do bom estado do veículo, desde que não caracterizem vício de fabricação coberto pela garantia.

17.3. Durante o período de garantia de fábrica, defeitos cobertos pela garantia deverão ser tratados conforme as regras do fabricante e por meio da rede autorizada, sem prejuízo de que a logística de encaminhamento do veículo para atendimento (agendamento, deslocamento local e disponibilização do bem para reparo) seja organizada pelo município, por ser o usuário e guardião do bem no território.

17.4. O município compromete-se a observar rigorosamente as orientações do manual do proprietário, inclusive quanto à realização de revisões nos prazos e condições recomendados, de modo a evitar perda de cobertura por uso inadequado, negligência de manutenção ou intervenções não autorizadas.

17.5. Para fins de governança e transparência, recomenda-se que o município mantenha registro local das manutenções realizadas (ordens de serviço, notas fiscais, comprovantes de revisão e relatórios), sem que isso crie qualquer obrigação adicional à CONTRATADA, além das previstas neste Termo de Referência e na garantia de fábrica.

18. DO SEGURO DO VEÍCULO APÓS A ENTREGA

18.1. Considerando que os veículos destinam-se à operação contínua nos territórios e à execução de atividades

de deslocamento relacionadas ao fortalecimento da Atenção Primária, torna-se requisito de sustentabilidade e proteção do investimento público que cada veículo permaneça coberto por seguro veicular durante seu uso no município beneficiário.

18.2. Assim, após o recebimento definitivo e a formalização da entrega, caberá ao município destinatário contratar e manter seguro veicular, em conformidade com a manifestação de interesse previamente formalizada na carta consulta encaminhada aos municípios, com cobertura compatível com o risco de uso e circulação em território urbano e rural, incluindo, preferencialmente, eventos como colisão, capotamento, incêndio, roubo ou furto e responsabilidade civil contra terceiros, de modo a reduzir o risco de descontinuidade das atividades em razão da perda do bem ou da ocorrência de danos relevantes.

18.3. A exigência de contratação de seguro possui finalidade pública objetiva, destinada a assegurar a continuidade das atividades e a preservação da disponibilidade operacional do bem no âmbito das ações de reparação, mitigando riscos decorrentes de sinistros e evitando a interrupção do uso do veículo, com potencial prejuízo aos resultados esperados.

18.4. A formalização da entrega prevê, como cláusula de responsabilidade do município, o compromisso de manutenção do seguro do veículo, bem como a guarda de comprovantes vigentes, a fim de assegurar rastreabilidade e governança, sem que isso configure obrigação contratual da CONTRATADA, mas sim condição operacional do ente recebedor para preservação do bem no território.

18.5. Em caso de sinistro durante o período posterior à entrega, a condução das providências (acionamento do seguro, reparo, substituição, procedimentos administrativos) será de responsabilidade do município, observado que a garantia de fábrica continuará aplicável nos limites de sua cobertura e desde que não haja violação das condições de uso e manutenção estabelecidas pelo fabricante.

19. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA FÍSICA

19.1. Não se aplica a exigência de amostra física do veículo.

19.2. A comprovação da conformidade técnica será realizada mediante análise visual e documental dos veículos, em etapa anterior à entrega provisória, mediante disponibilização, pela CONTRATADA, das unidades no pátio da empresa fornecedora, para fins de inspeção pelo fiscal do contrato designado pela AgSUS, com o apoio da equipe técnica competente, visando à verificação do atendimento às especificações previstas neste Termo de Referência.

20. EMISSÃO DA NOTA FISCAL

20.1. A CONTRATADA deverá arcar integralmente com os custos de remessa e entrega dos veículos, incluindo frete, seguro de transporte contra perdas, danos ou extravios, bem como todas as demais despesas necessárias à sua adequada entrega, até o local indicado pela AgSUS.

20.2. A emissão da documentação fiscal deverá observar o padrão operacional e os parâmetros de conformidade fiscal adotados pela AgSUS, em especial quanto à emissão de Nota Fiscal eletrônica de venda - NF-e, modelo 55, com faturamento em nome da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AgSUS, CNPJ nº 37.318.510/0001-11, Inscrição Estadual CF/DF nº 08.177.294/001-70.

20.3. A NF-e deverá consignar a AgSUS como destinatária/adquirente, devendo constar, o nome do município beneficiário e o respectivo Local de Entrega no grupo próprio da NF-e, em conformidade com a legislação fiscal aplicável e com as orientações técnicas vigentes adotadas pela Agência.

20.4. Como regra, deverá ser emitida uma única Nota Fiscal eletrônica para cada entrega. A documentação fiscal deverá conter descrição clara e suficiente do objeto, com vinculação ao contrato e/ou à ordem de fornecimento, bem como aos dados do local efetivo de entrega.

20.5. O DANFE correspondente à NF-e deverá acompanhar o transporte da mercadoria, constituindo documento fiscal hábil para acobertar a circulação dos veículos até o local de entrega indicado, sem prejuízo da apresentação de outros documentos de transporte exigidos pela legislação aplicável.

20.6. Compete à CONTRATADA, na condição de emitente da NF-e e responsável tributária pela operação, realizar a emissão do documento fiscal em estrita observância à legislação tributária vigente, promovendo, quando devidos, o cálculo, destaque e recolhimento dos tributos incidentes sobre a operação, conforme as regras aplicáveis à sua Unidade da Federação e ao destino físico da mercadoria.

20.7. O recebimento do objeto para fins de fiscalização contratual será realizado por representante da AgSUS formalmente designado como fiscal do contrato ou substituto legal, cabendo a esse agente a verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações contratuais e documentais exigidas.

20.8. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao representante designado pela AgSUS a documentação fiscal correspondente, contendo, de forma detalhada, a identificação do veículo entregue, inclusive marca, modelo, versão, fabricante, ano/modelo, número do chassi, número de série, quando cabível, e prazo de garantia, além de outras informações necessárias à conferência, rastreabilidade e regular instrução do processo de recebimento.

20.9. Todas as despesas relativas ao transporte, frete, seguro contra perdas e avarias, bem como carga e descarga dos veículos, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

21. DO SEGURO OBRIGATÓRIO DURANTE O TRANSPORTE E ATÉ O RECEBIMENTO DEFINITIVO

21.1. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, a CONTRATADA deverá manter seguro de transporte (carga) vigente e compatível com o risco, cobrindo integralmente perdas, danos, avarias, sinistros, extravios, roubo e furto durante toda a logística de deslocamento dos veículos, desde a saída do local de origem até a entrega no destino final indicado na Ordem de Fornecimento.

21.2. O seguro de transporte deverá abranger, no mínimo: danos parciais e totais decorrentes de acidentes durante o deslocamento; avarias decorrentes de operações de embarque/desembarque; roubo e/ou furto durante paradas logísticas; e eventos que impeçam a entrega do bem em conformidade com as especificações exigidas.

21.3. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas e sem ônus para a Contratante e para os entes destinatários, a imediata recomposição do fornecimento, mediante substituição do veículo por outro novo, equivalente ou superior, preservando prazos, especificações técnicas e documentação exigida, além de comunicar formalmente a ocorrência e o plano de reposição.

21.4. A responsabilidade pelo risco do transporte permanecerá integralmente com a CONTRATADA até o recebimento definitivo não se transferindo à Contratante ou ao município destinatário quaisquer custos, riscos ou ônus associados a sinistros logísticos.

22. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

22.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de seleção, com adoção da forma de disputa pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global, em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA nº 23/2025.

22.2. A empresa deverá obrigatoriamente entregar juntamente com a proposta a Comprovação das especificações técnicas devidamente preenchida, comprovando por meio de apontamentos no Manual do Equipamento e/ou Relatórios e Documentos Técnicos oficiais da fabricante, referentes ao item ofertado, onde conste todas as características exigidas nas especificações técnicas deste Termo de Referência, permitindo a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução proposta.

22.3. O fornecimento do objeto será realizado de forma única e integral, contemplando a totalidade dos veículos adquiridos no âmbito do presente Termo de Referência, com entrega e logísticos previamente definidos pela CONTRATANTE, a partir dos quais será organizada a distribuição e a destinação final aos municípios beneficiários, observadas as regras de rastreabilidade, conferência e aceite estabelecidas.

22.4. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todos os recursos humanos a serem alocados para produção e entrega, devendo possuir plena capacidade técnica e estar totalmente habilitada a realizar as entregas ora contratadas, contemplando todas as condições técnicas descritas neste Termo de Referência.

23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA

a) Atestado(s) de capacidade técnica comprovando o fornecimento de veículos em quantidade e características compatíveis com o objeto.

b) Declaração ou listagem da rede de assistência técnica autorizada nos estados de MG e ES.

23.1. A CONTRATADA deverá apresentar declaração formal, assinada por seu representante legal, comprometendo-se a apresentar, no ato da assinatura do contrato, a lista completa de sua rede de assistência técnica localizada nas capitais e nos demais municípios do Estado onde ocorrerá a execução contratual, contendo no mínimo, as seguintes informações:

a) Nome da unidade de atendimento;

b) Endereço completo e informações de contato (telefone, e-mail);

c) Nome e qualificação do responsável técnico;

d) Horário e dias de funcionamento;

e) Descrição resumida da capacidade operacional da unidade.

24. DA VIGÊNCIA

24.1. O contrato decorrente do Pregão Eletrônico terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

24.2. A entrega integral dos veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, também contados da assinatura do contrato.

24.3. A garantia do veículo deverá ser total, abrangendo o veículo, seus acessórios, adaptações e equipamentos instalados pela CONTRATADA, com cobertura mínima de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, a contar da emissão da Nota Fiscal pelo fabricante, ou pelo prazo superior previsto no manual do proprietário ou em certificado de garantia específico, prevalecendo aquele que assegurar maior período de cobertura.

25. ADESÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

25.1. É vedada a participação de terceiros, considerando que a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico por Preço global, com fornecimento integral e destinação específica vinculada ao Programa Especial de Saúde do Rio Doce, nos termos deste Termo de Referência.

26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1. É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

26.2. Receber o objeto conforme as especificações técnicas do que foi solicitado, tais como condições de conservação, bem como os demais itens do detalhamento do objeto, constantes do Termo de Referência;

26.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado, através de representante designado para este fim;

26.4. Verificar, por intermédio do ente federativo receptor dos itens, a conformidade dos itens entregues com as especificações e quantidades exigidas, inclusive quanto à marca indicada na proposta;

26.5. Promover o recebimento provisório e definitivo do objeto, cumpridas as condições estabelecidas no item 7 deste Termo de Referência;

26.6. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer vício, defeito ou irregularidade, solicitando a substituição, o reparo no prazo fixado para o cumprimento da determinação;

26.7. Recusar o recebimento do veículo que não atenda aos requisitos elencados nas especificações indicadas se, após o prazo fixado para substituição, reparo ou complementação, não for sanada a irregularidade verificada, comunicando à CONTRATADA o fato por escrito;

26.8. Analisar e atestar as Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos, exigindo que as notas fiscais contenham o número de série e chassi/motor dos produtos nelas constantes;

26.9. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado;

26.10. Indicar endereço completo com CEP e nome completo e contato do responsável pelo recebimento nos municípios;

26.11. Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;

26.12. A Contratante, mediante reporte do ente federativo de posse dos veículos deve informar imediatamente à CONTRATADA sobre qualquer dano, defeito ou problema identificado nos veículos ofertados, proporcionando todos os detalhes necessários para a avaliação e substituição dos materiais;

26.13. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA relacionados à execução contratual;

26.14. Aplicar as penalidades previstas na lei e neste Termo de Referência;

26.15. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório, de seus anexos e da proposta apresentada no processo de contratação, e, ainda:

27.2. Fornecer o veículo em conformidade com as especificações técnicas exigidas;

27.3. Cumprir o prazo de entrega estabelecido neste Termo de Referência;

27.4. Substituir, corrigir, reparar ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo assinalado pelo fiscal da contratação, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou qualquer irregularidade;

27.5. Programar, com a necessária antecedência, a data e a hora para a entrega do objeto contratado, inclusive quando esta ocorrer por meio de empresa transportadora, cabendo à CONTRATANTE comunicar formalmente à CONTRATADA, com antecedência as respectivas datas.

27.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida nos termos do instrumento contratual, o valor correspondente aos danos sofridos;

27.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação;

27.8. Comunicar à CONTRATANTE, em tempo hábil e por escrito, a superveniência de fatos que venham a prejudicar a adequada entrega dos veículos, de modo a se viabilizar a correção da situação apresentada;

27.9. Designar preposto para representá-la perante a CONTRATANTE sempre que for necessário, indicando o respectivo telefone e e-mail para futuros contatos;

27.10. Prestar os necessários esclarecimentos sobre a execução do objeto contratual solicitados pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

27.11. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto da contratação, sendo que eventual pessoal alocado ao contrato (ou instrumento equivalente) não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

27.12. Manter, durante o prazo de vigência do contrato (ou instrumento equivalente), todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

27.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

27.14. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial.

28. SUBCONTRATAÇÃO

28.1. Não será permitida a subcontratação integral ou de parcelas substanciais do objeto principal da licitação.

28.2. Será admitida a subcontratação de serviços secundários e acessórios, que não configurem a totalidade ou a parte principal da obrigação, desde que formalmente aprovada pela Contratante.

28.3. A responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, fiscalização e pagamento da subcontratada será sempre da CONTRATADA, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre a Contratante e a empresa subcontratada.

29. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

29.1. O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 20 (vinte) dias, após o recebimento definitivo, por meio de boleto bancário, pix ou transferência bancária para conta corrente da CONTRATADA.

29.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

29.3. O pagamento será efetuado de forma proporcional às entregas realizadas em cada polo, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

30. DA RESCISÃO

30.1. O contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações previstas no contrato, sem motivo justificado;
- b) Recusa da CONTRATADA em manter as condições pactuadas, inclusive os preços acordados;
- c) Não cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos itens ou execução dos serviços, salvo em casos de força maior, devidamente comprovados e aceitos pela CONTRATANTE;
- d) Ocorrência de qualquer fato que impeça a continuidade da execução contratual, por razões técnicas, financeiras ou administrativas, a critério da CONTRATANTE.
- e) Entrega de bens em desacordo com as especificações técnicas, ausência de certificações exigidas.

30.2. A rescisão contratual será formalizada mediante notificação escrita, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

30.3. No caso de rescisão do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar outras empresas classificadas ou realizar nova contratação para assegurar a continuidade dos serviços ou fornecimentos, conforme legislação aplicável.

30.4. A rescisão do contrato poderá ser solicitada pela CONTRATADA nas seguintes hipóteses:

- a) Por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado e aceito pela CONTRATANTE;
- b) Por inviabilidade de manutenção das condições contratuais devido a variações de mercado que comprometem a execução do objeto, desde que previamente negociado e aceito pela CONTRATANTE.

31. PENALIDADES

31.1. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, bem como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, poderá ensejar, nos termos do art. 73 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA nº 23/2025, a aplicação das seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I - Advertência;
- II - Multa correspondente até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;
- III - Multa correspondente até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações;
- IV - Solicitação aos órgãos governamentais competentes pela caracterização de inidoneidade.

31.2. As sanções previstas nos incisos acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

31.3. O(s) produto(s) recebido(s) e o(s) serviço(s) prestado(s) não aprovado(s) pela AgSUS será(ão) considerado(s) como não fornecido(s), para efeito de cálculo de multa.

31.4. As multas acima previstas serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA, ou recolhidas diretamente à CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

31.5. Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação.

31.6. Não apresentada defesa prévia ou não acatadas as justificativas da CONTRATADA, caberá à CONTRATANTE deduzir o valor da multa do pagamento.

31.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a AgSUS poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo nº 419, da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil).

31.8. A CONTRATANTE, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à AgSUS, observado o princípio da proporcionalidade.

31.9. Em caso de risco iminente, a AgSUS poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da CONTRATADA.

31.10. O processo de aplicação de penalidades será instruído pela Diretoria Executiva, mediante provocação do fiscal do contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

32. DO SIGILO

32.1. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução do objeto contratado junto à Agência, inclusive aquelas produzidas, armazenadas ou disponibilizadas em sistemas informatizados ou em qualquer outro meio ou formato.

32.2. A CONTRATADA não pode divulgar, reproduzir ou utilizar essas informações por qualquer motivo, sob

pena das medidas legais cabíveis, independentemente da classificação de sigilo atribuída às informações.

33. DO REAJUSTE

33.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irreeajustáveis durante o período de vigência inicial do contrato, contado a partir da data da assinatura do contrato.

33.2. Eventual reajuste somente poderá ser concedido após decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou da data-base definida no contrato, conforme a legislação aplicável, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente justificada, e desde que comprovada a variação do índice oficial adotado, preferencialmente o IPCA/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo.

33.3. O reajuste, quando cabível, estará condicionado à análise técnica da Administração e à disponibilidade orçamentária, observados os princípios da legalidade, economicidade e vantajosidade.

34. DA FISCALIZAÇÃO

34.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato designados pela AgSUS.

35. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

35.1. A empresa que oferecer a proposta mais vantajosa para a AgSUS será convocada para iniciar os procedimentos necessários para a contratação. Além disso, será convidada a discutir quaisquer ajustes ou alinhamentos necessários para o início da execução do contrato.

36. ANEXOS

36.1. Constituem partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes documentos:

- ANEXO I - Comprovação das especificações técnicas para preenchimento da Empresa Contratada.

Maíra Almeida Carvalho
Coordenadora
Coordenação de Integração de Redes
Núcleo de Articulação, Apoio, Gestão e Execução do Programa Especial de Saúde do Rio Doce

Mariana Lima Malheiros Leal
Coordenadora
Coordenação de Suporte e Planejamento Operacional - PES Rio Doce
Unidade de Atenção Primária à Saúde

Ciente. Encaminha-se o documento para a Diretoria de Atenção Integral à Saúde para conhecimento, análise e aprovação.

Caroline Castanho Duarte
Gestora Executiva
Unidade de Atenção Primária à Saúde - UAPS
Diretoria de Atenção Integral à Saúde

Kleber Rangel Silva
Gestor de Serviço
Núcleo de Articulação Apoio, Gestão e Execução do Programa Especial de Saúde do Rio Doce
Diretoria de Atenção Integral à Saúde

De acordo. Para prosseguimento e encaminhamento à DIOP.

Luciana Maciel de Almeida Lopes
Diretora
Diretoria de Atenção Integral à Saúde



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Castanho Duarte, Gestor(a) Executivo(a) - Unidade de Atenção Primária à Saúde**, em 22/04/2026, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Lima Malheiros Leal, Coordenador(a) de Suporte e Planejamento Operacional**, em 22/04/2026, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maíra Almeida Carvalho, Coordenador(a) da Coordenação de Integração de Redes**, em 22/04/2026, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Maciel De Almeida Lopes, Diretor(a) de Atenção Integral à Saúde**, em 23/04/2026, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.agenciasus.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0402268** e o código CRC **FD032284**.